

ANTÓNIO GAMA *

UMA RUPTURA EPISTEMOLÓGICA NA GEOGRAFIA

A TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS **

O lugar da geografia, no contexto das ciências, encerra uma grande indefinição, tanto pelo objecto, como pelo método. Os esforços no sentido de superar essa indefinição têm-se traduzido em sucessos relativos que na maioria dos casos não reverteram senão em consensos parciais e precários ⁽¹⁾.

Desta indefinição tem resultado uma infinidade de propostas de constituição e de configuração de um campo e de um modo de estudo que são atribuídos à geografia. Estas passam consequentemente pela superação de outras e por uma demarcação da geografia inventário, noção produzida pelo senso comum com fundamento em práticas antigas. Por seu turno, estas tentativas têm surgido em diferentes contextos e épocas e são correlativas dos esforços feitos em outros domínios nas comunidades científicas, as quais tem tido lugar quase sempre com atraso, maior ou menor, em relação às alterações teóricas e metodológicas de outras ciências (Lacoste, 1972; Capel, 1981, 1983). Por isso, o curso das ideias na geografia oferece exemplo de particular interesse quanto ao modo como se processam as mudanças importantes, ao modo como se equacionam os problemas e perspectivam os temas e, ainda, como se interrelacionam aquelas mudanças com outros domínios científicos.

* Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

** Este artigo retoma de uma forma diferente o tema apresentado noutro trabalho (Gama, 1980).

⁽¹⁾ A propósito desta questão ver Isnard *et al*, 1981; Claval 1964, 1980, 1981, 1982; Haggett, 1969; Harvey, 1969; Abler *et al*, 1971; Ramón Alvarez, 1978; Capel, 1981; Johnston, 1983 a, b.

A relevância dada, a um ou outro tema, a este ou àquele horizonte metodológico, a uma ou a outra definição do seu campo de estudo tem a ver, por conseguinte, com os contextos, tanto sociais como científicos, em que são produzidos.

Uma ilustração exemplar dos esforços da definição do objecto e dos métodos de estudo da geografia, pode ser encontrado na história da génese da *teoria dos lugares centrais*.

Esta ilustra, por um lado, a dificuldade de definição da disciplina perante outras ciências, dentro de um sistema de classificação que circunscreve dois grandes domínios científicos, as ciências naturais e as ciências humanas. Neste contexto, a geografia pelos temas que trata surge ora num ora noutro domínio, ou na interpenetração de ambos. Por outro, a descoberta da *teoria dos lugares centrais*, a sua difusão e implantação, o sucesso e o descrédito denotam, ao mesmo tempo, os contextos sociais e científicos, dos anos 20-30, na Alemanha, e do pós-guerra, nos Estados Unidos e outras comunidades de geógrafos na Europa. Neste estudo ao referirmos especialmente as questões epistemológicas não queremos, contudo, com isso, desvalorizar a importância do contexto social (Gregory, 1978; Stoddart, 1981). Isto é patente nos problemas relativos tanto à elaboração da teoria, como às suas releituras, que implicaram uma simplificação e adaptação ao paradigma dominante, em cujo contexto conheceu o sucesso e cuja crise acompanhou.

A importância da *teoria dos lugares centrais* na pesquisa e na teorização geográfica tem sido tratada com profusão, como o demonstram os inúmeros trabalhos surgidos no seguimento da obra de Christaller. Os estudos de B. J. L. Berry, de Paul Claval e de R. J. Johnston dão conta dessa cópia de trabalhos. (Berry *et al*, 1965; Berry, 1967; Claval, 1966 e 1973; Beavon, 1978; Johnston, 1978, 1983 a, b). Contudo, o seu sucesso tardou alguns anos, pois apenas foi ponto de partida preferencial para as pesquisas, em núcleos de investigação geográfica de expressão anglo-saxónica, especialmente nos E.U.A., após a 2.^a grande guerra (Claval, 1966 e 1973; Johnston, 1983).

A maioria desses estudos referem-se principal ou exclusivamente a uma reavaliação da teoria proposta por W. Christaller, com orientação metodológica neopositivista, com as consequentes análises empíricas de verificação da sua validade, isto é, da confirmação ou da infirmação da teoria.

Se bem que o principal mérito reconhecido, ou também contestado, à teoria seja a proposição de uma teoria de explicação do povoamento, o seu significado teórico é mais rico que a simples adopção de um caminho dedutivista na análise geográfica. Ou seja, ela não se limita ao estudo hipotético-dedu-

tivo e à teorização das relações funcionais no espaço, problematizadas pelo povoamento e pelas actividades da população, especialmente no que diz respeito às actividades terciárias, com vista à compreensão dos padrões espaciais. É que a *teoria dos lugares centrais* teve um outro aspecto de grande importância no pensamento geográfico, geralmente menos referido, que é o seu significado epistemológico (Claval, 1982).

Esta teoria apresenta-se, pela primeira vez na geografia, isto é, de um ponto de vista da teoria geográfica, como a assunção da autonomia da geografia humana em relação ao paradigma da construção das teorias geográficas até então desenvolvido (Gama, 1980).

A ruptura na construção da geografia humana, sustentada pela separação entre ciências naturais e ciências humanas e adopção do estatuto teórico destas, é um marco importante na história do pensamento geográfico. Ocorre num contexto científico particularmente favorável e como resultado do cruzamento de várias influências. É à génese e ao significado dessa ruptura que nos iremos referir assim como ao contexto metodológico que influencia a teorização, com vista a equacionar alguns dos aspectos que nos parecem relevantes para uma reavaliação da teoria dos lugares centrais, a tratar noutro artigo.

*

A teoria dos lugares centrais é uma tentativa teórica para explicar, de uma forma generalizante, a configuração do povoamento. É este o objectivo definido de início na obra de Walter Christaller, *Os Lugares Centrais no Sul da Alemanha*, publicada em 1933⁽²⁾.

O desenvolvimento posterior das pesquisas e das abordagens teóricas sobre a teoria levaram-na a outros prolongamentos temáticos, como sejam distribuição do comércio de retalho e de serviços ou a estrutura comercial intra-urbana, e à sua confrontação com outras tentativas teóricas de modelos de povoamento (Berry, 1967; Bailly, 1976; Claval, 1966, 1973).

(²) A obra de Walter Christaller, *Die Zentralen Orte in Süddeutschland. Eine ökonomischgeographische Untersuchung über die Gesetzmässigkeit der Verbreitung und Entwicklung der Siedlungen mit Städtischen Funktionen*, foi publicada em 1933.

Só em 1966 surge uma tradução em inglês, devida a C. Baskin. (Christaller, 1966). É esta versão que utilizamos neste estudo.

Walter Christaller conta a história da descoberta da teoria dos lugares centrais num artigo, «How I Discovered the Theory of Central Places» (Christaller, 1972).

«Haverá leis que determinam o número, tamanho e distribuição das cidades?» (Christaller, 1966: 1). A procura do significado de organização do povoamento torna-se o centro das suas preocupações. «Numa mesma região podemos observar grandes e pequenas cidades de todas as classes, umas ao lado das outras. Por vezes, as cidades encontram-se em certas regiões, de forma aparentemente sem sentido. Outras vezes, numa vasta região não aparece núcleo algum que constitua realmente uma cidade nem tão só um mercado... Porque existem grandes e pequenas cidades, porque aparecem distribuídas de forma tão irregular? Como podemos encontrar umas causas gerais que nos explicam o tamanho, o número e a distribuição das cidades? Como podemos descobrir essas leis?» (Christaller, 1966: 1-2).

A noção de ordem é tomada como ponto de partida para a reflexão sobre o significado do povoamento. «A cristalização da massa em volta de um núcleo é, na natureza inorgânica como na orgânica, uma forma elementar da ordem das coisas, as quais se interrelacionam ao mesmo tempo — uma ordem centralista. Esta ordem não é apenas um modo de pensar...; existe de facto exteriormente aos padrões próprios da matéria». (Christaller, 1966: 14).

A centralização é definida como um princípio dessa ordem. Os organismos terrestres evidenciam uma ordem que pode ser explicada por leis físico-naturais. E as cidades que ordem evidenciam e como explicá-las? Tanto a cidade medieval como a cidade moderna apresentam características de ordem comuns. A organização da cidade permanece centralista. Contudo no que concerne à cidade não é a aparência que importa «mas somente as características precisas as quais são decisivamente importantes para o significado da cidade e da geografia do povoamento» (Christaller, 1966: 16). A característica mais importante deste ponto de vista é ser o centro do seu território rural e mediador do comércio local com o mundo exterior, ou seja, «ser o centro de uma região» (Christaller, 1966: 17).

Esta preocupação na compreensão da regularidade ou da irregularidade da distribuição do povoamento não é isolada. As comunidades científicas condicionam os temas de primeiro interesse, salientam os objectos do estudo. A geografia humana da época, e sobretudo, a geografia humana na Alemanha, evidenciava essas preocupações a propósito do significado espacial do povoamento, nos debates teóricos e na frequência dos trabalhos de pesquisa empírica. Uma vasta bibliografia tinha sido, então, já produzida, por geógrafos como por outros cientistas sociais. A novidade e o sentido revolucionário da

teoria dos lugares centrais do ponto de vista epistemológico estão na superação das proposições teóricas até aí feitas e na orientação metodológica que é seguida. É, aliás, esta ruptura metodológica que possibilitou a formulação da teoria.

Rompendo com as teorias explicativas adoptadas pelos seus contemporâneos, ultrapassando os limites metodológicos e teóricos em que se gizavam os trabalhos de geografia humana W. Christaller conseguiu teorizar a propósito do tema do povoamento de modo inovador. Mas a maior relevância dámo-la à proposição para a geografia humana de um novo estatuto teórico entre as ciências, isto é, a geografia como ciência social, metodologicamente autónoma das ciências naturais (Claval, 1980 e 1982).

Contudo outras proposições análogas de tipo empírico e descritivo, marcados por uma intuição sedutora, tinham já antecedido a *teoria dos lugares centrais*, mas a sua natureza e a consistência da argumentação não permitiu que se afirmassem. As preocupações estavam presentes, tanto nos debates teóricos, como nos estudos empíricos, sendo revelador deste estado de coisas o facto de nos anos próximos da publicação do estudo de W. Christaller, outros autores, noutros lugares, apresentarem contributos científicos com grande semelhança (Claval, 1966, 1973; Berry e Pred, 1965; Berry, 1967; Beavon, 1978; Gaspar, 1972).

Muitas das formulações teóricas particulares e das proposições conceptuais usadas por W. Christaller são oriundas de trabalhos da própria geografia humana, quer das escolas alemãs, quer das francesas, inglesas ou norte americanas. Os contributos de geógrafos como Gradmann, Hettner, Ratzel, Vidal de la Blache, Auerbach, Richtoffen, entre outros, e, nomeadamente, os de H. Hassinger e Hans Bobek, foram muito importantes no aperfeiçoamento de conceitos e de metodologias e na formulação de hipóteses de explicação (Christaller, 1966, 1972). Mas uma revolução teórica significa também uma ruptura com os paradigmas anteriormente dominantes numa determinada ciência⁽³⁾. Para a prossecução da ruptura, assim como o foi noutras circunstâncias na geografia e noutros domínios científicos, a incorporação de discursos e de métodos vindos de fora foi o ponto de partida do sucesso.

(3) A propósito de revoluções teóricas, rupturas epistemológicas e paradigmas ver Santos (1978), Stoddart (1982), Capel (1981), Claval (1982).

São para isso importantes tanto o contributo de cientistas da nova escola histórica alemã, especialmente Max Weber, no que respeita à metodologia das ciências sociais, como o contributo da teoria económica, «o método económico» (Christaller, 1967), por via de autores da escola da economia marginalista austríaca, para a fundamentação teórica da compreensão do povoamento e consequente proposição da teoria. Adiante referiremos esta combinação de influências.

*

A obra dos geógrafos da primeira metade do século XIX, ao adoptarem o princípio da causalidade e a ideia de evolução para os fenómenos geográficos e ao usarem o «método experimental», já generalizado nas ciências físicas e naturais, permitiu uma identificação da geografia com o estatuto de outras ciências dentro do espírito científico moderno. O paradigma dominante em que ela se estruturou teve, necessariamente, como consequência o desenvolvimento de uma orientação naturalista. Esta orientação afirmou-se então hegemónica na maioria das comunidades de geógrafos combinada com a problemática da diferenciação espacial (Claval, 1964, 1972; Racine e Raymond, 1973). Nesta linha de pensamento, o princípio da unidade terrestre tornou-se um dos elementos principais da teoria geográfica, em torno do qual se sustentou o *mito* da unidade da geografia (Reynaud, 1974).

A teoria geográfica estruturou-se, de forma dominante, durante décadas, dentro deste princípio, com base na relação homem-meio, em sequência dos caminhos apontados pelos trabalhos de Humboldt e Ritter, mas para que foram determinantes os progressos da biologia e das teorias evolucionistas durante a primeira metade do século XIX. Como herança do naturalismo, esta visão propunha a construção da ciência geográfica à imagem das ciências naturais. Foram estas que deram uma configuração mais definida ao conceito de ciência, que permitiram elaborar as teorias, os métodos e os conceitos, dentro do paradigma que caracterizou o pensamento científico do século passado. Neste contexto, a geografia necessariamente não constitui excepção e a história das suas teorias reflecte, de algum modo, o que se passa no mundo científico da sua época (Claval, 1972, 1974, 1982).

Dos homens universais, continuadores do pensamento iluminista, da primeira metade do século, aos «cientistas» da segunda metade, a geografia desenvolve-se de par com as outras ciências. Quando o progresso da biologia possibilitou o «nasci-

mento da geografia humana» (Claval, 1970) de uma forma teorizada, a par da sua institucionalização, a relação homem-meio permitiu definir uma base teórica e um objecto de estudo, a formulação naturalista foi reforçada. A teoria darwinista e a reelaboração desta por Haeckel, contribuíram com uma base teórica para uma geografia humana entendida como o estudo das relações entre o homem e o meio (Claval, 1964, 1970, 1982; Mendonza *et al*, 1982; Capel, 1981, 1983). À definição clássica, o estudo da diferenciação da superfície da terra, juntava-se uma concepção explicativa, globalizante e relacional. Não nos deteremos numa análise aprofundada desta questão que por si só requereria uma maior atenção, ficando-nos, por ora, no esboço das linhas mestras da concepção dominante na geografia no começo deste século.

Se bem que dominante, esta orientação não era contudo exclusiva. Nas práticas científicas da geografia existiam outras orientações, por vezes combinadas. Dentre estas orientações poder-se-iam referir outras duas também importantes, além da orientação naturalista. Uma de base historicista, que definia a geografia como ciência na terra, devida principalmente aos trabalhos teóricos de Hettner. Esta orientação desenvolveu-se sobretudo no contexto da filosofia alemã de raiz kantiana e dela emergiram variantes que puseram ênfase na problemática «cultural» (O. Schlüter), acentuaram o carácter corológico (Hettner), ou influenciaram a reelaboração possibilista da perspectiva ecológica (Vidal de La Blache). Uma segunda orientação agrupa os esforços metodológicos que privilegiavam o recurso à geometrização espacial e ao método estatístico (Christaller, 1966; Capel, 1981, 1983).

A corrente naturalista, embora adoptando a diferenciação espacial como incorporada na definição de geografia, privilegiou a combinação ecológica. A esta juntava a indução qualitativa com o tríptico conhecido, observação-descrição-explicação (Racine e Reymond, 1973). A sua hegemonia caracterizou-se pelo rarear dos debates em torno do objecto da geografia, *ausência* sobretudo notada na geografia francesa. Neste caso só algumas polémicas resultantes da definição das fronteiras com as outras ciências, ou as sistematizações, surgidas de quando em quando, fazem levantar estas questões. A importância das relações institucionais e um contexto fortemente nacionalista fazem permanecer o quadro de fundo do pensamento geográfico sem profundas alterações, apesar de uma ou outra formulação inovadora, esquecida pela corrente dominante.

Nos países de língua germânica, especialmente na Alemanha, o contexto era profundamente distinto daquele. Perspectivas diferenciadas desenvolviam-se paralelamente. A formulação mais ortodoxa, a geografia como estudo da diferenciação espacial, surgia em paralelo com variantes historicistas, culturalistas e naturalistas. Esta situação teve como resultado uma diversidade de pesquisas, tentativas de teorização e debates entre as tendências da geografia alemã. É neste último contexto que surge a teoria dos lugares centrais.

A sobrevalorização do carácter ideográfico que caracterizavam as práticas científicas das principais correntes, a partir do princípio do século, advém de uma nova orientação teórica e metodológica influenciada pelo historicismo e derivada da crise do determinismo ecológico. Desta situação resultou uma preferência pelos estudos locais e regionais e, consequentemente, um esvaziamento da discussão sobre o espaço. Este, como objecto da geografia estava implícito em conceitos diversos, como paisagem, superfície terrestre, área, região, etc.

Apesar da influência de outras ciências, de um modo especial as ciências humanas, a maioria das escolas de geografia permanece, na generalidade, dentro das orientações postuladas pelas correntes do pensamento geográfico do fim do século XIX e princípios do século XX. Com cambiantes diversos, um misto de positivismo naturalista, de historicismo e de pré-fenomenologismo combinam-se nas diversas escolas geográficas. Esta situação prolongou-se mesmo depois dos anos cinquenta, década que fica assinalada pelo surgimento de uma nova corrente na geografia.

A transformação dos anos cinquenta ficou a dever-se predominantemente a geógrafos anglo-americanos e desenvolveu-se dentro do pensamento positivista, na sua reformulação neopositivista, favorecidos pelo contexto científico e social que caracterizou o pós-2.ª guerra mundial. Esta corrente do pensamento geográfico é comumente designada por *Nova Geografia* (Gould, 1979; Claval, 1964, 1977; Johnston, 1982). Entre os seus percussores conta-se precisamente W. Christaller, cujo trabalho foi produzido, ao mesmo tempo, fora dos países onde se desenvolveu a nova geografia, e fora do contexto filosófico neopositivista.

A obra de Christaller revela por isso uma ruptura epistemológica que é anterior e algo distinta da mudança de paradigma que a Nova Geografia configurou, apesar de a *teoria dos lugares centrais* se ter tornado um dos elementos do tríptico teórico principal dos modelos de organização espacial, caracte-

rísticos desta corrente de pensamento geográfico (Claval, 1977; Abler *et al*, 1970; Harvey, 1969; Bailly, 1982).

*

A teoria dos lugares centrais é uma teoria sobre o tamanho, as funções e a distribuição espacial do povoamento, isto é, procura explicar a distribuição do povoamento com recurso à teoria económica. Para isso conjuga os princípios da teoria marginalista da economia, a relação oferta-procura e a problemática do mercado, com a tradição alemã da economia espacial, no que concerne à distribuição de bens.

Para W. Christaller, a cidade é um centro de uma comunidade regional e o centro mediador das relações comerciais desta comunidade. A sua função é, por isso, ser o lugar central da comunidade. Os lugares centrais variam em importância. Os de ordem mais alta dominam regiões maiores que os de menor ordem, desempenham um maior número de funções centrais e, por conseguinte, têm uma maior centralidade.

Os bens e serviços providos pelos lugares centrais, pela sua natureza central, são designados por bens e serviços centrais. Enquanto os bens de ordem mais alta são oferecidos por lugares centrais de ordem alta, os bens de ordem mais baixa são oferecidos tanto por lugares de ordem baixa como de ordem alta. A região em relação à qual o lugar central é o centro é designada por região complementar. Nesta verificam-se relações em ambas as direcções: cidade campo e campo cidade. As regiões complementares são do mesmo modo de ordens alta e baixa, isto é, apresentam-se hierarquizadas.

A distância especialmente a «distância económica», medida em tempo e custo, desempenha um papel vital na determinação das regiões complementares. Esta permite definir o alcance de um bem, ou seja, a maior distância que uma população dispersa estaria disposta a percorrer com vista a adquirir um bem oferecido por um lugar. O limite do alcance é contudo menor se houver competição de um outro centro do mesmo nível hierárquico.

Um outro facto importante no desenvolvimento dos lugares centrais é o nível de rendimentos de que dispõem os habitantes. Verifica-se assim uma relação funcional entre o tamanho de um lugar central, por um lado, e os tamanhos da região complementar, da sua população e do seu rendimento, por outro. Os bens centrais oferecidos por um lugar maior têm, portanto, um alcance maior do que os oferecidos por um lugar mais pequeno, porque os centros de ordem mais alta oferecem

um maior número de bens centrais, tendo por isso uma influência imediata no alcance de um bem central (Christaller, 1966; Berry e Pred, 1965).

A teoria baseia-se, portanto, no carácter central dos lugares de distribuição de bens, ou seja, no princípio da centralidade dos lugares, na distribuição de bens que se agrupam em funções e na definição de uma área de influência desses lugares na distribuição de bens. «Sob o nosso presente sistema económico, estes bens e serviços são oferecidos centralmente nas cidades, ou noutros lugares centrais, porque é mais vantajoso de um ponto de vista económico» (Christaller, 1966: 19).

A formulação de conceitos chave, como lugar central, função central e alcance de um bem é fundamental na elaboração teórica. A combinação mercado e espaço, com base na teoria da utilidade marginal, produziu uma conceptualização de que resultou um esquema teórico de distribuição do povoamento, no qual os lugares se configuram geometricamente segundo um padrão teoricamente regular e cujas áreas de influências definem uma malha hexagonal.

As diferenças de importância na centralidade estão na origem de uma hierarquização. A uma grande centralidade corresponde um maior alcance, isto é, uma maior área de mercado possível, enquanto a uma fraca centralidade corresponderá um menor número de funções, funções de características banais, e um menor alcance. Esta diferença de importância na centralidade, no número e natureza das funções e na extensão da área de influência do lugar central traduz uma hierarquização de lugares, de funções e de áreas. Segundo Christaller, «há uma conexão precisa entre o consumo de bens centrais e o desenvolvimento de lugares centrais», isto é, «quando tivermos determinada a quantidade de consumo e a localização da oferta de bens centrais, ... a questão dos tamanhos, localização e número dos lugares centrais pelo menos genericamente pode ser respondida» (Christaller, 1966: 27-28). E, como consequência, «depois de descobrir as relações que podem explicar o tamanho, o número e a distribuição dos lugares centrais em casos individuais e concretos» (Christaller, 1966), propõe-se procurar as «leis que conduzirão a encontrar a ordem para a aparente distribuição arbitrária para o aparente número acidental e para os aparentemente condicionados tamanhos dos lugares» (Christaller, 1966: 28). Nesta procura de leis o autor manifesta diversas influências exteriores ao domínio da ciência geográfica.

W. Christaller define, como corolário, três princípios que estão na base de três leis espaciais cuja combinação traduz a estrutura geométrica geral: o princípio do mercado, o principal,

responsável pela estruturação da teoria, o princípio do transporte e o princípio administrativo. Estes últimos introduzem alterações ao padrão espacial regular do primeiro, pela acentuação da importância de eixos de transporte e das divisões administrativas e políticas, respectivamente (Christaller, 1966; Berry, 1967; Bailly, 1982).

A influência das ciências sociais fazem com que a *teoria dos lugares centrais* seja a primeira teoria geográfica definida com um estatuto autónomo das ciências naturais. É por isso que ao tomar como ponto de partida que a geografia humana, em especial, a geografia do povoamento, é uma ciência social, W. Christaller abre novas dimensões ao domínio da teorização geográfica. «Se a geografia do povoamento fosse uma disciplina das ciências naturais ou pelo menos predominantemente como tal, como quase todos os autores parecem considerá-la, não se poria qualquer outro problema a não ser os levantados pela aplicação das leis das ciências naturais, porque os fenómenos naturais são explicados por tais leis. Mas cremos que a geografia do povoamento é uma disciplina das ciências sociais» (Christaller, 1966: 5).

Para fundamentar esta proposição, a teoria económica serve de base à geografia económica e à formulação de leis geográfico-económicas que possibilitam a explicação do povoamento. «Os factores económicos são decisivos para explicarmos a existência das cidades. Para a existência do povoamento rural, cujas casas são simultaneamente lugares de produção, os factores económicos são manifestamente decisivos. Portanto, a geografia do povoamento faz parte da geografia económica. Assim como para a geografia económica, deve recorrer-se à teoria económica se queremos explicar as características das cidades. Se há actualmente leis próprias da teoria económica, deve haver também leis dentro da geografia do povoamento, leis económicas de carácter especial, que poderemos chamar *leis especiais geográfico-económicas*» (Christaller, 1966). A compreensão do povoamento não se deve fazer, para o autor, só e principalmente pelo recurso à explicação ambiental ou a interpretação histórica como era prática comum dos geógrafos. Esta nova orientação permite reformular muitas questões que se põem à geografia humana, e corrigir muitos erros em que incorria a interpretação dos geógrafos pela via naturalista, de que é exemplo o erro que refere W. Christaller a propósito do custo dos solos (Christaller, 1966: 200).

Deveremos assinalar que a obra de W. Christaller evidencia uma nítida preferência por uma interpretação que privilegia os factores sócio-económicos, a sua formação geográfica não

deixa de se manifestar, de modo a evidenciar um vasto conhecimento do que se produzia neste domínio, na sua época. Este conhecimento é patente nas referências bibliográficas e na discussão dos temas, tanto nas interpretações gerais e nas tipologias, como nas referências casuísticas. No entanto, pela adopção de perspectiva teórica distinta das até então usuais, estas são relegadas, no seu trabalho, para um segundo plano, como explicações secundárias ou de carácter local.

*

A *teoria dos lugares centrais* resultou da convergência de várias influências que marcaram o seu autor durante a sua vida, especialmente na sua formação universitária e profissional. As influências do domínio das ciências sociais, são de grande importância na sua elaboração teórica. Esta é referida pelo próprio autor a propósito dos fundamentos teóricos e metodológicos do estudo. «No que concerne à origem dos fundamentos teóricos, algo mais pode ser acrescentado: a teoria mais recente da economia teórica é em grande parte resultado da combinação da teoria clássica (Adam Smith, Ricardo, Thünen), dos trabalhos da escola da utilidade marginal (Menger e von Wieser) e da abordagem sociológica da nova escola histórica (especialmente Sombart e Max Weber» (Christaller, 1966: 7). Do mesmo nos dá conta também na narração de como descobriu a teoria (Christaller, 1972: 605).

Estas influências traduziram-se em contributos teóricos e metodológicos, quer do ponto de vista geral, quer de métodos e técnicas específicas. Poderemos sistematizar as diferentes influências em torno do qual se gizou o estudo, referindo as principais componentes teóricas que estiveram na sua génese: a) O pensamento social, económico e, sobretudo, metodológico de autores ligados à *nova escola histórica alemã*, em especial, Max Weber e W. Sombart. b) A teoria económica: escola marginalista austríaca, a economia clássica e a economia espacial. c) O método estatístico. d) As correntes geográficas suas contemporâneas.

O pensamento social e económico dos autores ligados à nova escola histórica alemã teve um papel fundamental na formulação da *teoria dos lugares centrais*. É sobretudo no âmbito da metodologia e da teorização das ciências que a sua influência é marcante. Contudo foram também importantes as influências nas interpretações económicas e sociais. Max Weber, Alfred Weber, W. Sombart, Oppenheimer são alguns dos autores referidos. Deste grupo deveremos salientar especialmente Max

Weber e Werner Sombart. Um e outro têm uma influência determinante no que respeita à metodologia, à teorização económica e à discussão do conceito de lugar central em alternativa ao de cidade (Christaller, 1966). As concepções de capitalismo e de racionalidade económica usadas por Christaller são devidas a estes dois cientistas sociais. Juntamente com estes, deve assinalar-se o papel de Alfred Weber (*), irmão mais novo de Max Weber, criador de uma teoria da localização industrial (1909). Este, além da influência do ponto de vista metodológico, no que seguia as linhas fundamentais da orientação de seu irmão Max, marcou a orientação de Christaller, de quem foi professor, no interesse pela economia espacial.

No que se refere à metodologia, é particularmente importante o contributo de Max Weber. Este evidenciou-se tanto na concepção do estatuto teórico das ciências sociais, na linha de pensamento do historicismo alemão, como nas operações metodológicas para a compreensão da realidade, como ainda, como referimos, na concepção económica, na adopção do princípio da racionalidade económica. Poderemos sistematizar a influência de Max Weber em W. Christaller em quatro pontos que definirão alguns dos tópicos de um outro estudo sobre o assunto: 1) a divisão ciências sociais/ciências naturais e a herança do historicismo alemão; 2) a unilateralidade da análise nas ciências sociais e económicas e os problemas do método; 3) os conceitos de tipo ideal, as leis e a formulação de teorias; 4) a racionalidade económica e o mercado (M. Weber, 1970, 1975; Therbörn, 1980; Vincent, 1975; Aron, 1968, 1979).

A segunda componente importante é a que se refere à influência da economia clássica e neoclássica. É na teoria económica, como vimos, que W. Christaller vai fundamentar o núcleo teórico principal da formulação da teoria dos lugares centrais. Nesta elaboração uma referência especial cabe à contribuição da escola marginalista austríaca (C. Menger, F. von Wieser, E. Böhm-Bawerk e outros) (Christaller, 1966, 1972).

O nervo central da economia neoclássica consistia na análise do comportamento do sistema de mercado e dos mecanismos neste existentes, através dos quais se poderia produzir o equilíbrio. O comportamento económico, a racionalidade como postulado de conduta, a definição do preço de equilíbrio e a relação oferta/procura e a análise do funcionamento do siste-

(*) A propósito de A. Weber, D. Gregory escreveu um importante estudo sobre o contexto da produção da teoria da localização industrial e da obra sociológica do seu autor (Gregory, 1981). Ver também Gregory, 1978: 39 e 40.

ma de mercado são as referências mais importantes no estudo de W. Christaller (Denis, 1978).

As questões de tempo e do espaço, inicialmente descuradas, são diferentemente desenvolvidas pelos economistas marginalistas.

O elemento tempo é objecto de atenção por parte de E. Böhm-Bawerk e do sueco G. Cassel, em cujos estudos W. Christaller se baseou para a discussão dos aspectos dinâmicos da teoria dos lugares centrais (Christaller, 1967).

O elemento espaço tinha já uma tradição antiga na economia, a economia espacial. A sua influência é relevante. É a um economista contemporâneo da economia clássica e, ao mesmo tempo, precursor da economia marginal, J. H. von Thünen⁽⁵⁾, que a tradição económica alemã deve um dos principais contributos teóricos. A sua influência em Christaller é importante, assim como noutros autores que se preocuparam com temas de espacialização da economia, como por exemplo Alfred Weber, autor de uma teoria de localização industrial, (Gregory, 1978 e 1981), a que já aludimos. Além destas, há que assinalar também as investigações sobre os aspectos espaciais da economia de Bernhard Harms e o seu grupo de Jena (Christaller, 1967: 5-6) que serviram de referência para o estudo dos lugares centrais⁽⁶⁾.

A dimensão espacial do povoamento implicava uma preocupação de geometrização espacial e uma fundamentação empírica com recurso ao uso do método estatístico. Não fazendo destas senão instrumentos metodológicos secundários, Christaller delineia uma orientação metodológica específica. Com a geometrização a que recorreu abre caminho ao desenvolvimento da análise espacial.

Ainda e de forma complementar fez uso do método histórico e do método «geográfico» apenas para situações particulares e específicas, tais como explicações de carácter local, regeitando-os como metodologia principal (Christaller, 1966; Racine, 1974).

⁽⁵⁾ Sobre a teoria de J. H. von Thünen ver o artigo de A. Gama, Graça Santos e Iva Pires, «Análise espacial de uma transformação da agricultura», *Revista Crítica de Ciências Sociais* 7/8.

⁽⁶⁾ A este centro pertenceu A. Lösch que produziu um estudo *Die Räumliche Ordnung der Wirtschaft* (1940) em muitos aspectos idêntico ao de W. Christaller (Lösch, 1954; Beavon, 1978; Gregory, 1978: 40).

*

Da exposição que fizemos, sobre a obra de W. Christaller *Os Lugares Centrais no Sul da Alemanha* e a sua *teoria dos lugares centrais*, ressaltam três aspectos principais: 1) uma metodologia inovadora nos estudos geográficos; 2) uma teorização para a geografia humana com base na teoria e económica; 3) uma ruptura teórica com as tradições anteriores.

Uma primeira lição a tirar dos estudos de W. Christaller diz respeito às questões metodológicas. A sua reflexão sobre a distribuição do povoamento afirma-se como inovadora ao adotar «o método económico», elaborado pelas correntes marginalistas da economia, combinado com os fundamentos metodológicos da sociologia weberiana. Esta tentativa de integrar as diferentes contribuições metodológicas orienta-se de modo a acentuar unilateralmente a focagem do real. A dedução assumia neste processo um papel fundamental em contraposição ao indutivismo das práticas metodológicas de grande parte dos geógrafos seus contemporâneos. Por consequência «devia rejeitar ao mesmo tempo a pesquisa histórica e o método estatístico. As estatísticas por si só não podiam pretender dar a prova lógica, a não ser que as regularidades empiricamente descobertas obedecessem a leis autênticas. enquanto a história não podia senão conduzir a pôr em evidência casos particulares» (Racine, 1974).

Um segundo aspecto refere-se à teorização proposta. Na geografia humana surge pela primeira vez uma teoria com fundamentos na economia. As configurações espaciais de povoamento passavam a partir de então a dispor de um modelo teórico, graças ao qual se ultrapassavam os impasses explicativos das abordagens anteriores. De um ponto de vista da análise do espaço de tipo funcional, a *teoria dos lugares centrais* surgia como a mais plausível de apresentar uma validade na compreensão do povoamento. Mas, para Christaller, a teoria possuía uma «validade completamente independente da realidade» (Christaller, 1966: 4). Não tendo por si só outra virtude além da sua lógica própria, esta podia ser confrontada com a realidade de modo a julgar em que medida esta correspondia à teoria, em que medida era explicada por ela e em que aspectos não correspondia à realidade. Os factos inexplicados deviam então ser clarificados com o auxílio da investigação histórica e geográfica, visto que a sua existência estava ligada a factores de resistência, pessoais, históricos ou naturais os quais causavam

desvios relativamente à teoria (Christaller, 1966: 5 e 190 e segs.; Racine, 1974: 57).

Por último, deve assinalar-se o significado da ruptura teórica operada com a formulação da *teoria dos lugares centrais*. Esta ruptura gera-se relativamente às tendências naturalista e historicista, até então praticados na geografia. Ao mesmo tempo que adopta um posicionamento teórico-metodológico de tipo hipotético-dedutivo e, por isso, nomotético, isto é procurando leis, toma como ponto de partida a atribuição à geografia humana do estatuto de ciência social, como ciência do espírito.

Este caminho metodológico apresenta-se como uma combinação de duas tradições uma de natureza positivista, outra historicista e, por conseguinte, a primeira predominantemente nomotética, a outra ideográfica, isto é, preocupando-se com as especificidades dos fenómenos. Este facto levanta algumas questões a uma reavaliação da teoria, da sua importância metodológica e à discussão dos seus desenvolvimentos posteriores. A importância desta ruptura assinala-se também pelo seu significado no pensamento geográfico, que se traduziu na afirmação da geografia como ciência social, assumida pelos desenvolvimentos dos estudos geográficos a partir da *teoria dos lugares centrais*. A sua reavaliação deverá ser feita tendo em conta principalmente os aspectos metodológicos. Qual a sua validade actual na explicação da estrutura do povoamento? Será possível de um ponto de vista crítico, isto é, que dê relevância ao social, encontrar um valor na teoria dos lugares centrais para a compreensão da organização do espaço?

Na relação entre a teoria e a realidade, na dicotomia positivismo-historicismo, na metodologia dos tipos-ideais estão algumas questões pertinentes para esta discussão.

Referimo-nos à génese e ao significado da ruptura epistemológica assim como ao contexto teórico metodológico que influenciou a teorização. Tivemos como objectivo equacionar alguns dos aspectos relevantes para pôr algumas questões com vista a uma reavaliação da *teoria dos lugares centrais*. Assim para lhes procurarmos dar resposta abre-se-nos uma nova tarefa de duplo aspecto. Um que visa o estudo da difusão e implantação da teoria, fases de desenvolvimento das pesquisas e contextos teóricos, no âmbito de uma lógica de orientação neopositivista. Um outro, na sistematização e avaliação dos posicionamentos críticos e contextos em que se geraram estas críticas por parte de posicionamentos anti-positivistas.

É o que procuraremos fazer noutro artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abler, R. Adams, J. and Gould, P. (1971), *Spatial Organization*, Nova Iorque, Englewood Cliff, Prentice-Hall.
- Aron, R. (1957), *La sociologie allemande contemporaine*, Paris, PUF.
- Aron, R. (1966), *Les étapes de la pensée sociologique*, Paris, Gallimard.
- Beavon, K. S. O., (1978), *Central Place Theory: A Reinterpretation*, Londres, Longman G. P.
- Bailly, A. S., Béguin, H. (1982), *Introduction à la géographie humaine*, Paris, Masson.
- Berry B. J. L. and Pred, A. (1965), *Central Place Studies: a Bibliography of Theory and Application*, Filadelfia.
- Berry B. J. L. (1967), *Geography of Market Centers and Retail Distribution*, Nova Iorque, Englewood Cliffs, Prentice Hall.
- Capel, H. (1981), *Filosofia y ciencia de la Geografía Contemporanea*, Barcelona, Barral.
- Capel, H. (1983), «Positivismo y antipositivismo en la ciencia geográfica. El ejemplo de la geomorfología», *Geocrítica*, 43, Febrero.
- Christaller, W. (1966), *Central Places in Southern Germany*, Nova Iorque, Prentice-Hall, [1933].
- Christaller, W. (1972), «How I Discovered The Theory of Central Places: A Report About the Origin of Central Places», in English, P. and Mayfield, K. (orgs), 1972, *Man, Space and Environment: Concepts in Contemporary Human Geography*, Oxford.
- Claval, P. (1964), *Essai sur l'évolution de la Géographie humaine*, Paris, Belle Lettres.
- Claval, P. (1966), «La théorie des lieux centraux — Chronique de Géographie Économique - I», *Revue de Géographie de L'Est* 1/2 (131-152).
- Claval, P. (1973), «La Théorie de lieux centraux revisitée — Chronique de Géographie Économique - VIII», *Revue de Géographie de l'Est* 1/2 (225-251).
- Claval, P. (1972), «La naissance de la Géographie Humaine», in *La Pensée Géographique*, Méll. off. à Andrée Meynier, Reims.
- Claval, P. (1974), *La Pensée Géographique*, Paris, SEDES.
- Claval, P. (1977), *La nouvelle géographie*, Paris, P.U.F.
- Claval, P. (1980), *Les mythes fondateurs des Sciences Sociales*, Paris, PUF.
- Claval, P. (1981), «Epistemology and the History of Geographical Thought», in D. R. Stoddart (org), *Geography, Ideology and Social Concern*, Oxford, B. Blackwell, (227-239).
- Claval, P. (1982), «Les grandes coupures de l'histoire de la Géographie», *Hérodote* 25, (129-151).
- Denis, H. (1978), *História do Pensamento Económico*, Lisboa, C. L.
- Gama, A. (1980), «Racionalidade económica e teoria geográfica», comunicação apresentada ao II Colóquio Ibérico de Geografia, Lisboa 1980 (em publicação).
- Gama, A., Santos G., Pires, I. (1981), «Análise Espacial de uma Transformação da Agricultura», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 7/8.
- Gaspar, J., *A Área de Influência de Évora*, Lisboa, 1972.
- Gómez Mendonza, J., Muñoz Jimenez, J. e Ortega Cantero (1982), *El Pensamiento Geográfico*, Madrid, Alianza.
- Gould, P. (1979), *The Augean Period*, (policopiado).

- Gregory, D. (1978), *Ideology, Science and Human Geography*, Londres, Hutchinson.
- Gregory, D. (1981), «Alfred Weber and Location Theory», in D. R. Stoddart (org), *Geography, Ideology and Social Concern*, Oxford, B. Blackwell.
- Haggett, P. (1969), *Locational Analysis in Human Geography*, Londres, Arnold.
- Harvey, D. (1969), *Explanation in Geography*, Londres, Arnold.
- Hisnard, H., Racine, J. B., Reymond, H. (1981), *Problématiques de la Géographie*, Paris, PUF.
- Johnston, R. J. (1983), *Geography and Geographers: Anglo-American Human Geography since 1945*, Londres, Arnold.
- Johnston, R. J. (1983b), *Philosophy and Human Geography*, Londres, Arnold.
- Lacoste, Y. (1972), «Géographie», in *Philosophie des Sciences Sociales*, Paris, Hachette.
- Lösch, A. (1954), *The economics of Location*, Yale, [1940].
- Racine, J. B. et Reymond, H. (1973), *L'analyse quantitative en Géographie*, Paris, PUF.
- Racine, J. B. (1974), «Modèles de recherche et modèles théoriques en géographie», *Bull. Associat. Géog. Franç.* 413-414 (52-62).
- Ramón Alvarez, J. (1978), «Geografía y Filosofía de la Ciencia», *Finisterra* XIII-26, (169-200).
- Reynaud, A. (1974), *La Géographie entre le mythe et la science. Essai d'épistémologie*, Reims.
- Rose, C. (1981), «Wilhelm Dilthey's Philosophy of Historical Understanding. A Neglected Heritage of Contemporary Humanistic Geography», in D. R. Stoddart (org), *Geography, Ideology and Social Concern*, Oxford, B. Blackwell, (99-133).
- Santos, Boaventura S. (1978), «Da Sociologia da Ciência à Política Científica», *Revista Crítica de Ciências Sociais* 1.
- Stoddart, D. R. (1981a), «Ideas and Interpretation in the History of Geography» in D. R. Stoddart (org), *Geography, Ideology and Social Concern*, Oxford, B. Blackwell.
- Stoddart, D. R. (1981b), «The Paradigm Concept and the History of Geography», *idem* (70-80).
- Stoddart, D. R. (1982), «Paradigmas en Geografía?», *Geocrítica* 40.
- Therborn, Göran (1976), *Science, Class and Society*, Londres, NLB.
- Vincent, J. M. (1973), *Fétichisme et Société*, Anthropos, Paris.
- Weber, Max (1970), *Ensaio sobre a Teoria das Ciências Sociais*, Lisboa, Presença.
- Weber, Max (1972), *Fundamentos metodológicos da Sociologia*, Barcelona, Cuad. Anagrama.
- Weber, Max (1975), *Économie et société*, Paris, Plon.
- Weber, Max (1981), *La Ville*, Paris, Aubier-Montaigne.

RESUMO

A *teoria dos lugares centrais* teve uma importância muito grande no desenvolvimento da geografia da segunda metade deste século. Essa importância resultou de ser a primeira teoria de explicação do povoamento baseada na teoria econômica.

Este artigo procura revelar o significado teórico e metodológico da teoria no âmbito dos estudos geográficos. Procura mostrar a sua gênese, as influências que levaram Christaller à sua proposição, o modo como se operou uma ruptura epistemológica no pensamento geográfico.

A *teoria dos lugares centrais* marca decisivamente a assunção da geografia como uma ciência social.

RESUMÉ

Une coupure épistémologique dans la géographie — la théorie des lieux centraux

La théorie des lieux centraux a eu une très grande importance pour le développement de la géographie pendant la dernière moitié de ce siècle. Cette importance découle du fait d'avoir été la première théorie d'explication du peuplement fondée sur la théorie économique.

Cet article essaye de démontrer l'importance théorique et méthodologique de la théorie pour les études géographiques. Il essaye de montrer son origine, les influences qui ont amené W. Christaller à sa proposition, comment s'est opérée la rupture épistémologique dans la pensée géographique.

La théorie des lieux centraux a fait reconnaître d'une manière décisive la géographie comme appartenant aux sciences sociales.

ABSTRACT

An epistemological break in geography: the central places theory

The *places central theory* has had a major importance in the development of geography in the second half of this century, which derives from its being the first theory to explain settlement on the basis of economic theory.

This article seeks to demonstrate the theoretical and methodological significance of this discovery in terms of the study of geography. It shows its genesis, the influences which led W. Christaller to his proposal, and the way in which it caused an epistemological break in geographical thought.

The *central places theory* is decisive in the claims of geography to be a social science.